

Comunicado da Associação Internacional de Orientação Educacional e Vocacional (IAEVG – International Association for Educational and Vocational Guidance) sobre a Justiça Social

*Publicado originalmente em língua inglesa no site da IAEVG (www.iaevg.org)
Traduzido para o português por Marco A. P. Teixeira
Editor da Revista Brasileira de Orientação Profissional*

Por ocasião da Conferência Internacional da IAEVG – “Aconselhamento de Carreira: um direito humano ou de cidadania?”, a Diretoria da IAEVG publica o seguinte comunicado, na intenção de defender a justiça social na orientação e no aconselhamento de carreira.

As injustiças e divisões sociais têm aumentado exponencialmente nos últimos anos, tornando cada vez maiores as diferenças socioeconômicas entre os países e dentro de cada país. As forças econômicas atuais levam a esta situação e muitas políticas públicas voltadas para a inclusão e a coesão social têm se mostrado ineficazes para a criação de uma sociedade democrática, participativa e inclusiva, na qual todas as vozes sejam ouvidas. Sabemos que muitos profissionais da orientação são profundamente comprometidos com a justiça social e a defendem, bem como seus alunos e clientes, tanto a nível individual quanto sistêmico. Entretanto, embora cada um de nós tenha papéis e responsabilidades em relação à justiça social, devemos focar as barreiras estruturais e sociais que continuam a oprimir as pessoas, requerendo liderança e esforços coletivos. A promoção de igualdade de oportunidades de acesso a opções educacionais, de treinamento e emprego não é suficiente. Necessitamos alcançar equidade e igualdade nos resultados. Isto implica que os diversos grupos sociais e culturais tenham as mesmas oportunidades de participar ativamente no processo de elaboração das políticas públicas e assegurar que suas opiniões sejam reconhecidas e suas vozes ouvidas e respeitadas, sem ter que renunciar a seus valores e crenças.

A carreira de um indivíduo engloba a totalidade de suas escolhas de vida, por isso é necessário ampliar as atribuições das pessoas envolvidas na prestação de orientação escolar e profissional e serviços de aconselhamento. Orientadores de carreira devem, portanto,

serem capazes de lutar por igualdade de oportunidades para grupos de clientes diversos quando estes buscam encontrar seu caminho em um mundo acelerado. Isso vai obrigá-los a ir ao encontro daqueles que buscam caminhos alternativos; membros de grupos não dominantes, aqueles que podem ser colocados à margem da sociedade, e outros que podem não ter facilidade de acesso aos serviços de orientação. Esta defesa requer a oferta de um apoio real que possibilite às pessoas desenvolverem seus potenciais e capacidades, não importando de que forma isso seja feito, e independentemente de gênero, idade, etnia, religião, nível socioeconômico, competências e deficiências, orientação sexual, e suas interseções. Necessitamos documentar as melhores práticas para demonstrar como o conceito de justiça social pode ser aplicado, demonstrá-las a nossos colegas e fornecer evidências de como as intervenções embasadas nas práticas de justiça social produzem uma diferença positiva na vida das pessoas.

É necessário criar as condições que permitam maior participação e abertura no diálogo para assegurar que as vozes e as preocupações de todas as pessoas sejam compreendidas e ouvidas. Justiça social também diz respeito a reconhecer as diferenças dentro e entre os grupos, e que as necessidades dos membros da comunidade não podem ser submetidas às demandas cada vez maiores do mercado de trabalho. Consequentemente, a agenda da “carreira” não deve ser guiada apenas por argumentos racionalistas econômicos, mas sim abranger uma visão holística por meio da qual as necessidades de desenvolvimento humano e múltiplos caminhos sejam considerados.

Precisamos promover o compromisso com a justiça social em todos os níveis da sociedade, e trazer para dentro das práticas políticas e institucionais uma abordagem crítica e de reconhecimento à justiça social. Assim,

conclamamos os responsáveis pelas políticas públicas a renovarem suas ideias acerca da contribuição que a educação para a carreira, a orientação profissional e o aconselhamento de carreira podem fazer pela promoção de uma sociedade justa, e a proporcionarem o apoio material e político para tornar isto realidade. Dentro de um contexto educacional, por exemplo, orientadores de carreira necessitam deste suporte para preparar os alunos para tornarem-se os cidadãos críticos e ativos do futuro, independentemente de seu status profissional.

A IAEVG, como a maior associação de orientação do mundo, faz um apelo aos fornecedores de serviços de

orientação, orientadores, acadêmicos e responsáveis pela criação de políticas públicas para que *aumentem seus esforços abarcando a justiça social como valor central em suas práticas*. Os membros da IAEVG possuem um importante papel na liderança e promoção da pesquisa e intervenção inseridas em uma agenda de justiça social e seus empregadores devem auxiliá-los neste empreendimento. Isto auxiliará a assegurar que a orientação de carreira torne-se significativa, e que uma verdadeira escolha de carreira esteja disponível para todas as pessoas.

28 de setembro de 2013, Montpellier, França
